

Companhia de Planejamento do Distrito Federal

para
Texto

discussão

ASPECTOS ECONÔMICOS DO DISTRITO FEDERAL

Bruno de Oliveira Cruz
Clarissa Jahns Schlabitx
Iuri Vladimir Queiroz

nº 37/abril de 2018
ISSN 2446-7502

codoplan
COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

ASPECTOS ECONÔMICOS DO DISTRITO FEDERAL

Bruno de Oliveira Cruz¹
Clarissa Jahns Schlabit²
Iuri Vladimir Queiroz³

Brasília-DF, abril de 2018

¹ Bruno de Oliveira Cruz - Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas - DIEPS/Codeplan.

² Clarissa Jahns Schlabit - Gerente de Contas e Estudos Setoriais - GECON/DIEPS/Codeplan.

³ Iuri Vladimir Queiroz - Assistente I da Gerência de Demografia, Estatística e Geoinformação - GEDEG/DIEPS/Codeplan, entre setembro de 2016 e dezembro de 2017.

Texto para Discussão

Veículo de divulgação de conhecimento, análises e informações, sobre desenvolvimento econômico, social, político, gestão e política públicas, com foco no Distrito Federal, na Área Metropolitana de Brasília (AMB) e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) e estudos comparados mais amplos, envolvendo os casos acima.

Os textos devem seguir as regras da [Resolução 143/2014](#), que regem o Comitê Editorial da Codeplan, e não poderão evidenciar interesses econômicos, político-partidários, conteúdo publicitário ou de patrocinador. As opiniões contidas nos trabalhos publicados na série Texto para Discussão são de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, de qualquer maneira, o ponto de vista da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan.

É permitida a reprodução parcial dos textos e dos dados neles contidos, desde que citada a fonte. Reproduções do texto completo ou para fins comerciais são proibidas.

Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan

Texto para Discussão

TD - n. 37 (2018) - . - Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2018.

n. 37, abril, 29,7 cm.

Periodicidade irregular.

ISSN 2446-7502

1. Desenvolvimento econômico-social. 2. Políticas Públicas. 3. Área Metropolitana de Brasília (AMB). 4. Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). I. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. II. Codeplan.

CDU 338 (817.4)

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Rodrigo Rollemberg
Governador

Renato Santana
Vice-Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAG**
Leany Barreiro de Sousa Lemos
Secretária

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN
Lucio Remuzat Rennó Júnior
Presidente

Martinho Bezerra de Paiva
Diretor Administrativo e Financeiro

Bruno de Oliveira Cruz
Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Ana Maria Nogales Vasconcelos
Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Aldo Paviani
Diretor de Estudos Urbanos e Ambientais

RESUMO

Esse estudo mostra alguns aspectos econômicos do Distrito Federal, entre eles, ressaltam-se a importância do setor público na economia regional, a concentração econômica, que gera um alto fluxo comercial com outros estados, e o impacto que as compras públicas têm sobre a economia local. Também, é analisada a concentração de empregos em poucas atividades econômicas que refletem a estrutura do Produto Interno Bruto do Distrito Federal (PIB-DF), padrão que é seguido pela localização das empresas na região, com destaque para a Região Administrativa Plano Piloto. Por fim, o estudo cita o potencial de como ocorre o encadeamento produtivo de alguns segmentos, com destaque para a Construção civil, Outras atividades de serviços, Indústria de transformação e Atividades científicas, profissionais e técnicas. Dessa maneira, oferece-se uma radiografia da economia do Distrito Federal, caracterizando o comportamento da atividade econômica na região.

Palavras-chave: Distrito Federal, economia regional, compras públicas, fluxo de comércio, encadeamento produtivo.

SUMÁRIO

RESUMO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. ASPECTOS ECONÔMICOS DO DISTRITO FEDERAL.....	6
2.1. Análise de Fluxo de Comércio do Distrito Federal.....	8
2.1.1. As compras do GDF.....	9
2.2. A distribuição do emprego formal no Distrito Federal como reflexo de seu perfil econômico.....	10
2.2.1. A distribuição por Regiões Administrativas.....	11
2.2.2. A especialização das Regiões Administrativas em seções de atividade econômica.....	13
2.3. Efeitos encadeados dos investimentos no Distrito Federal.....	17
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	22

1. INTRODUÇÃO

O atual diagnóstico da situação fiscal do Distrito Federal (DF) aponta para um processo gradual e custoso de recuperação, sem soluções imediatas. Ainda assim, investimentos direcionados à complementação das cadeias produtivas configuram um importante pilar de política regional. Entretanto, para que sejam bem-sucedidos tais investimentos e para que se obtenham resultados robustos, deve-se, antes de tudo, identificar onde a ação governamental se faz necessária e que tipo de atuação pode produzir melhores respostas.

Assim, a Codeplan vem realizando uma série de estudos que buscam, em um primeiro momento, oferecer uma radiografia da economia do Distrito Federal, caracterizando o comportamento da atividade econômica, para compreender quais são as fragilidades e os pontos fortes dos diversos setores na região. A finalidade precípua é oferecer elementos que embasem a estratégia de dinamização da economia no Distrito Federal.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: em um primeiro bloco, são apresentadas as características da estrutura produtiva do Distrito Federal, bem como as estimativas de desempenho econômico para 2016. No segundo bloco, as características dos fluxos de comércio da região e a relação existente entre as compras governamentais distritais e as empresas regionais. No terceiro, algumas análises são realizadas a partir da distribuição do emprego formal por seção de atividade econômica e Regiões Administrativas do Distrito Federal. Em seguida, uma avaliação de quais segmentos de atividade econômica se mostram mais dinâmicos e com maior potencial de disseminação de efeitos positivos na economia do Distrito Federal, e, por último, as considerações finais.

2. ASPECTOS ECONÔMICOS DO DISTRITO FEDERAL

De acordo com a Codeplan e o IBGE, o Produto Interno Bruto do Distrito Federal (PIB-DF), em 2015, totalizou R\$ 215,613 milhões. Esse valor representava 3,5%⁴ do PIB brasileiro e posicionava o Distrito Federal em oitava colocação no ranking das 27 unidades federativas. Quanto a sua composição, a economia do DF é dominada pelo setor de Serviços que representa 94,3% do Produto Interno Bruto. A indústria possui peso de 5,4%, e o setor Agropecuário no Distrito Federal exerce pequeno impacto no desempenho global da região, pois responde por 0,3% da estrutura produtiva.

Os indicadores econômicos registram que a partir de 2014 a economia brasileira sofreu forte queda. Entrou em recessão e, atualmente, vem apresentando indícios de estabilização. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),⁵ o PIB brasileiro retraiu 3,5% em 2015 e em 2016. Os efeitos visíveis dessa retração são aumento de desemprego, fechamento de empresas, queda generalizada de atividade econômica, diminuição de consumo e, também, retração da receita governamental.

Esse quadro adverso vem afetando o Distrito Federal, ainda que de maneira mais branda, quando comparado ao desempenho do PIB brasileiro. Os resultados negativos podem ser observados no PIB de 2015 e no Indicador de Desempenho da Economia do Distrito Federal (Idecon-DF), que é uma estimativa de medição da atividade econômica da região, mensurada pela Codeplan e que monitora a variação do volume de atividade econômica de maneira trimestral. Enquanto o PIB de 2015 do Distrito Federal acusa uma redução de volume de 1,0%, o Idecon-DF estimado aponta para retração de 1,2% em 2016.

Entre os grandes setores econômicos do Distrito Federal, os resultados apurados tanto na Agropecuária como na Indústria mostram arrefecimento da queda em 2016, no comparativo a 2015, mas ainda negativos. O Idecon-DF do setor de Serviços piorou. Registrou redução de 1,2% em 2016, quando em 2015 o setor ficou estável, com 0,0% de variação.

Destaque deve ser dado para o segmento de atividade Administração, Saúde e Educação Públicas, porque responde por 44,7% da economia. A atividade contabilizou variação negativa de 0,5% em 2016. O grande peso desse segmento implica uma dependência dos demais setores de atividade econômica, que se organizam para atender sua demanda, provendo bens e serviços ao setor público. Nesse sentido, ainda que a variação negativa do Idecon-DF desse segmento tenha sido pequena, a economia do DF é influenciada direta e indiretamente pelo desempenho do setor público.

⁴ IBGE: Contas Regionais 2010-2015 - referência metodológica 2010.

⁵ IBGE: Contas Nacionais Trimestrais.

Tabela 1 - Idecon-DF e PIB-Brasil: Variações anuais dos setores e das atividades econômicas em relação ao ano anterior - 2015 e 2016

Setores e Atividades Econômicas	PIB - Brasil		PIB-DF	Idecon-DF	
	2015	2016	2015	2016	Peso (%) das atividades
Agropecuária	3,3	-4,3	-28,8	1,0	0,3
Indústria	-5,8	-4,0	-7,5	-2,4	5,4
Extrativa mineral	5,7	-2,7	-21,4	-	-
Indústria de transformação	-8,5	-5,6	-3,2	-3,5	1,4
Construção	-9,0	-5,6	-11,4	-3,5	2,9
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	-0,4	7,1	0,8	-	-
Outros da indústria ⁽¹⁾	-	-	-	1,8	1,0
Serviços	-2,7	-2,6	0,0	-1,2	94,3
Comércio	-7,3	-6,1	-8,4	-7,4	6,8
Serviços de informação	-0,9	-3,2	-2,6	-1,6	3,4
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	-1,2	-3,3	-1,4	-3,2	14,3
Administração, saúde e educação públicas	0,2	0,6	2,5	-0,5	44,7
Transporte, armazenagem e correio	-4,3	-6,8	-1,1	-	-
Atividades imobiliárias	-0,4	0,2	3,8	-	-
Outros serviços ⁽²⁾	-3,7	-3,2	-0,2	-0,2	25,2
Idecon-DF / PIB-Brasil	-3,5	-3,5	-1,0	-1,2	100,0

Fontes: Codeplan e IBGE

Elaboração: Núcleo de Contas Regionais

¹ Extrativa mineral e Eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana.² Alojamento e alimentação; Educação e saúde mercantis; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; e Serviços domésticos. O Idecon-DF inclui também Transporte, armazenagem e correio e Atividades imobiliárias.

Ademais, a crise financeira enfrentada pelos Governos Federal e Distrito Federal deixou pouca margem para mais gastos, tanto para contratação de pessoal quanto para mais investimentos, de forma que a tendência desse segmento é de manter trajetória de estagnação ou mesmo de contração por mais algum tempo. Consequência direta desse quadro, o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional emenda constitucional⁶ limitando a variação dos gastos nominais apenas ao componente da inflação do ano anterior. Em outras palavras, houve um congelamento dos gastos reais. Certamente, essa medida afeta diretamente a economia do Distrito Federal em pelo menos três aspectos:

- a) Menor arrecadação de ISS e ICMS, a partir de compras diretas do Governo Federal. O congelamento ou redução dos gastos correntes afetará a compra direta e localmente de bens e serviços; de maneira direta, as receitas do governo local e, obviamente, impactando adversamente a região diante do menor crescimento de um setor relevante para a economia do Distrito Federal.
- b) Menor efeito multiplicador sobre a economia local: o congelamento dos gastos do Governo Federal afeta a economia da Capital Federal, pois também reduz seu efeito multiplicador,⁷ isto é, sua capacidade de gerar efeitos encadeados de atividade econômica e consumo a partir da realização de gastos governamentais.

⁶ A Proposta de Emenda Constitucional nº 55/2016 foi aprovada em 15 de dezembro de 2016, sendo promulgada como Emenda Constitucional nº 95 (EC 95).

⁷ A Administração Pública no Distrito Federal tem efeito encadeado similar ao Brasil quando se olham os impactos na cadeia, à montante, e um pouco superior à jusante. A esse respeito, Nocko *et al.* (2017b) e Orair *et al.* (2016) mostram efeito diferenciado do multiplicador de gastos governamentais a depender do ciclo econômico. Em momentos recessivos, esse multiplicador tenderia a crescer. Assim, é de se supor que, na atual situação econômica, esse efeito fiscal positivo de curto prazo do Governo Federal impactando na economia local estaria no melhor dos casos limitado ao teto dos gastos governamentais.

- c) Menor impacto na renda e, possivelmente, no consumo das famílias, via aumento do quadro de funcionários públicos ou ganhos reais de aposentadorias do setor público: o efeito seria semelhante ao anterior, mas em magnitudes diferentes. A estimativa de Orair *et al.* (2017) aponta para efeito significativo de gastos com pessoal em momentos recessivos, atrás de gastos com benefícios sociais ou em ativos fixos.

Portanto, diante desse quadro de restrição fiscal, faz-se ainda mais premente identificar possíveis setores que poderiam ampliar ou recuperar o crescimento econômico do Distrito Federal.

2.1. Análise de Fluxo de Comércio do Distrito Federal

Conforme já mencionado, a indústria possui baixa participação na economia do Distrito Federal e, em 2015, representou 5,4% do Produto Interno Bruto (PIB). Uma consequência dessa participação diminuta é a elevada interdependência de produtos manufaturados advindos de outros estados. O estudo de Nocko *et al.* (2017a) mostra que o Distrito Federal comercializa, na soma das compras e vendas, 68% do seu PIB.

Isso caracteriza o Distrito Federal essencialmente como um comprador de bens e serviços. Nocko *et al.* (2017a) realizam um levantamento do perfil comercial do DF baseado em notas fiscais eletrônicas⁸ e encontram que São Paulo é a principal origem dessas compras.⁹ Em 2014, o saldo negativo com essa Unidade da Federação (UF) foi equivalente a 12% do PIB do Distrito Federal. A relação comercial é mais intensa com São Paulo, Goiás e Minas Gerais, tanto nas compras quanto nas vendas. Entretanto o principal fluxo comercial é o interno, com 46% do total das compras e 66% do total das vendas.

Ainda de acordo com o estudo, entre as atividades econômicas que mais comercializam com o Distrito, destacam-se o comércio e a indústria de transformação.¹⁰ A indústria de transformação é a atividade da qual se originam 48% das compras interestaduais do Distrito Federal, evidenciando a sua dependência industrial. Já internamente, a atividade econômica que se destaca é o comércio, sendo a origem de 55% das compras internas. Entre as vendas internas, 47% se destinam ao comércio e 14%, à administração pública, enquanto do total das vendas interestaduais, os principais destinos são o comércio (30%) e a indústria de transformação (13%).

⁸ A Nota Fiscal Eletrônica (NFe) é um documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente com a finalidade de documentar transações comerciais entre empresas. Entre as informações que constam nesse documento estão a Unidade da Federação (UF) de origem e de destino da transação comercial; a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), identificada a partir do cruzamento com os indivíduos na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS 2015) e capturada conforme a CNAE declarada por eles nessa segunda base, uma vez que essa informação consta de forma imprecisa na NFe; e a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), classificação de mercadorias utilizada pelos países desse bloco, utilizada nos registros comerciais do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Ela não compreende a maioria das transações realizadas entre pessoas físicas, pois ampara apenas transações realizadas com mercadorias, essencialmente entre pessoas jurídicas.

⁹ Os resultados obtidos a partir dessa fonte de informações são relevantes, no entanto carecem de precisão quando se busca uma investigação mais específica a respeito das atividades específicas comercializadas. Isso ocorre devido à metodologia de sigilo utilizada na extração da base. Há um conjunto de atividades que, uma vez desagregado por parceiros e por UFs, reúne menos de cinco empresas realizando aquela operação. Para não comprometer o sigilo das empresas, denominou-se esse conjunto de X, que indica apenas os valores de compras e não a atividade específica. Assim as empresas não são identificadas, mas, também, perde-se especificidade no quesito atividade econômica. Dessa maneira, é possível que X altere a ordenação das principais atividades por conter elementos de CNAEs não identificados. Trata-se de uma limitação da base de dados.

¹⁰ Como a fonte de dados é a nota fiscal de ICMS, era esperado maior participação de mercadorias do que serviços.

Por fim, Nocko *et al.* (2017a) ainda mostram que, entre os produtos, o Distrito Federal compra majoritariamente automóveis (8%) e produtos farmacêuticos (8%) da indústria de transformação das outras UFs e vende uma pauta bastante diversificada, com destaque para combustíveis destinados ao comércio (4%). Internamente, há uma aquisição significativa de combustíveis (17%).

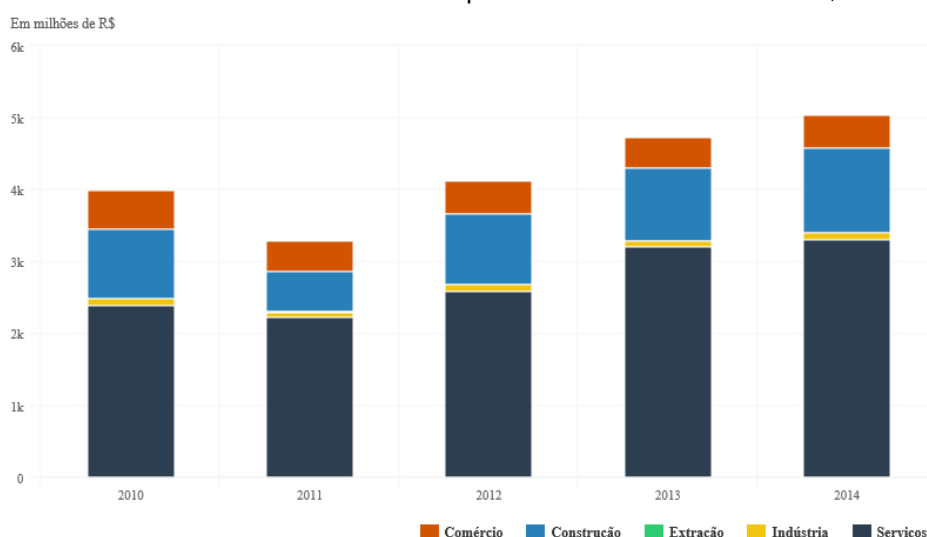
2.1.1. As compras do GDF

Cabe mencionar que o setor público distrital é destaque enquanto comprador do Distrito Federal. Para se ter uma ideia, de acordo com estudos de Rennó, Bertholini e Rosa (2016a, 2016b),¹¹ estima-se que, em 2015, o total contratado pelo GDF junto a empresas privadas tenha correspondido a cerca de 2,3% do PIB do DF (sendo 1,8% em despesas correntes e 0,2% em investimento), isto é, R\$ 4,60 bilhões.¹²

Deste valor, 82% foram dispêndios que tiveram como destino empresas estabelecidas dentro do próprio Distrito Federal. Esse padrão de gastos públicos concentrados em empresas da região ocorreu em todos os anos analisados, sendo de 72% a média do período 2010-2015. Fora do DF, o GDF concentrou seus dispêndios em São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro e Minas Gerais, estados que, conforme análise anterior demonstra, são parceiros comerciais importantes da região.

Em relação às atividades econômicas, é possível observar no Gráfico 1 que o setor de Serviços é consistentemente o setor mais importante das compras públicas do GDF, com cerca de 65% do total de ordens bancárias, em todos os anos de 2010 a 2014.¹³ A Construção Civil é o segundo setor mais relevante e também tem percentual relativamente estável ao longo do período, em torno de 24%, com exceção de 2011, quando esse percentual caiu a 17%. O Comércio situa-se em torno de 12%, e a Indústria, 2%. A Extração é irrisória, menos 0,1% em média. (Rennó, Bertholini e Rosa, 2016a).

Gráfico 1 - Valor das Ordens Bancárias do GDF - por setor e ano - Milhões de R\$



Fonte: Rennó, Bertholini e Rosa, 2016b

¹¹ Os estudos analisam dados de Ordens Bancárias (OBs) pagas pelo Governo do Distrito Federal (GDF) de 2010 a 2015, avaliando o papel do GDF como consumidor de bens e serviços por meio do mapeamento das compras públicas.

¹² Há leve expansão do total no período 2010 a 2014, porém em 2015 houve retração, e o total de ordens bancárias retornou a valores inferiores a 2013. Trata-se da reação do governo às restrições fiscais impostas pela crise econômica nacional.

¹³ Os dados desagregados da RAIS de 2015 não estavam disponíveis à época do estudo.

Uma das principais indagações a respeito do papel do governo nas sociedades é se a atuação pública é capaz de dinamizar a economia e estimular a criação de empregos. Apesar de não haver estudos empíricos que comprovem a influência do governo distrital na criação de postos de trabalho, o que se tem é uma relação positiva em que empresas que são credoras do GDF tendem a ser mais longevas e a possuir maior número de vínculos empregatícios, comparativamente a empresas que não negociam com o Governo do Distrito Federal. Ademais, a concentração de compras de produtos e serviços em empresas locais tem resultados potencialmente positivos do ponto de vista da geração de empregos e da consolidação de uma rede econômica virtuosa.¹⁴

2.2. A distribuição do emprego formal no Distrito Federal como reflexo de seu perfil econômico

O fluxo de comércio interestadual do Distrito Federal reflete, essencialmente, sua estrutura produtiva, que se sustenta no setor de serviços, com a indústria e a agropecuária atuando de maneira complementar a algumas cadeias produtivas, como a indústria da construção civil, o segmento de tecnologia da informação e comunicação e a indústria alimentícia.

A composição da estrutura produtiva pode ser observada a partir da distribuição de empregos formais entre os diversos setores da economia da região. As estatísticas de vínculos trabalhistas,¹⁵ ainda que não compreendam a totalidade do emprego no DF, permitem observar o padrão de concentração territorial da atividade econômica, avaliar e analisar o comportamento do mercado de trabalho formal e da massa salarial. Tem-se assim uma medida dos resultados de políticas públicas relacionadas a incentivos legais, geração de empregos ou mesmo de aglomeração urbana.

O Distrito Federal, ao fim de 2016, possuía 1.025.829 vínculos trabalhistas¹⁶ e uma massa salarial de R\$ 5,0 bilhões mensais. O seu mercado de trabalho mostra-se extremamente concentrado também do ponto de vista das atividades econômicas: 91,25% dos vínculos de 2016 estavam ligados ao grande setor de Serviços, e 94,48% da massa salarial de 2014 no DF veio desse grande setor. A indústria participou com 8,14% dos postos formais e 5,31%, da massa salarial e, por fim, a agropecuária empregava 0,61% dos trabalhadores e contribuiu com 0,21% da massa salarial.

Dentro do setor de Serviços algumas atividades se destacam. Porque Brasília foi concebida para abrigar a capital do país, era esperado o protagonismo da Administração Pública, Defesa e Seguridade Social na economia do Distrito Federal. Desse modo, esse segmento era responsável por 26,04% dos vínculos ativos em 2015 e 53,04% da massa salarial.

Outros pontos de destaque que se referem ao estoque de empregos são os segmentos de Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas, com 15,67% dos vínculos do DF em 2016, e de Atividades Administrativas e Serviços Complementares, com 13,57%.

¹⁴ No trabalho de Rennó, Bertholini e Rosa (2016a) são ignorados os efeitos encadeados, assim apenas os efeitos diretos das compras públicas locais sobre o emprego são estudados.

¹⁵ A (RAIS) é um relatório de informações socioeconômicas declarado pelas pessoas jurídicas e outros empregadores anualmente, enviado ao Ministério do Trabalho. A RAIS é obrigatória para qualquer estabelecimento que possua ao menos um vínculo empregatício e foi instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975.

¹⁶ Por questões administrativas de segurança nacional, a maior parte dos vínculos trabalhistas das forças armadas está registrada no Distrito Federal. Dessa maneira, foram retirados da análise 224.921 vínculos referentes a essa categoria em 2016.

Já em relação à massa salarial, destaque-se o segmento das Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados, caracterizado por grandes salários, que atingia 8,3% da massa salarial do Distrito Federal. Esta era a segunda maior folha de pagamentos do DF, apesar de o segmento ser o nono maior empregador, com 4,41% de participação na quantidade de vínculos.

Tabela 2 - Participação percentual das seções CNAE de atividade econômica no total de vínculos empregatícios e da massa salarial - Distrito Federal - 2016

Segmentos de Atividade Econômica	Participação % - 2016	
	Vínculos	Massa Salarial
Agropecuária	0,61%	0,21%
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	0,61%	0,21%
Indústria	8,14%	5,31%
Indústrias Extrativas	0,03%	0,01%
Indústrias de Transformação	2,55%	1,09%
Eletricidade e Gás	0,26%	0,90%
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	0,83%	0,83%
Construção	4,48%	2,48%
Serviços	91,25%	94,48%
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	15,67%	5,47%
Transporte, Armazenagem e Correio	4,43%	3,26%
Alojamento e Alimentação	4,95%	1,34%
Informação e Comunicação	3,23%	3,43%
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	4,41%	8,30%
Atividades Imobiliárias	0,39%	0,15%
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	2,27%	2,11%
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	13,57%	5,20%
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	26,04%	53,04%
Educação	5,15%	4,07%
Saúde Humana e Serviços Sociais	6,93%	5,60%
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	0,76%	0,24%
Outras Atividades de Serviços	3,24%	2,13%
Serviços Domésticos	0,01%	0,00%
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	0,19%	0,15%
Total	100,00%	100,00%

Fonte: RAIS - Ministério do Trabalho
Elaboração: DIEPS/Codeplan

Dessa maneira, a Tabela 2 mostra como a estrutura produtiva do Distrito Federal se repete no mercado de trabalho, seja na participação dos vínculos trabalhistas, seja na participação da massa salarial. Isto é, os segmentos que se destacam na segmentação do PIB da região são os mesmos que se destacam no mercado de trabalho formal.

2.2.1. A distribuição por Regiões Administrativas

Como visto, a configuração do mercado de trabalho do Distrito Federal é bastante peculiar. Com alta concentração de vínculos ligados à Administração Pública. Essa concentração, por sua vez, se reflete numa distribuição espacial desigual entre as RAs. Desigualdade que é ratificada na Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) que estima um fluxo, considerando apenas deslocamentos dentro do DF, de cerca de 412 mil pessoas se deslocando diariamente para o trabalho.

Com base em um conjunto de dados georreferenciados em conjunto com a RAIS 2014,¹⁷ analisou-se a evolução da distribuição do emprego formal a partir da regionalização utilizada na Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD).¹⁸ Como já mencionado, o Distrito Federal possui 31 Regiões Administrativas (RA) formalmente constituídas, com características econômicas muito diferentes entre si.

Na área central, no Plano Piloto, concentra-se a maior parte dos empregos do setor público. Outras regiões, como Brazlândia e Paranoá apresentam destaque nas atividades agropecuárias. Existem também algumas regiões que oferecem poucas oportunidades de emprego para trabalhadores com maior escolaridade, onde grande parte dos empregados comuta diariamente para trabalhar, como é o caso de Vicente Pires e Park Way.

A RA Plano Piloto continuava, em 2014, com o protagonismo, concentrando 52,2% dos postos de trabalho e cerca de 74,7% da massa salarial do Distrito Federal. Além de Brasília, as quatro maiores RAs em volume de emprego formal são as RAs do SIA (8,3%), Taguatinga (7,3%), Guará (4,5%) e Águas Claras (3,8%). Estas figuram, também, entre as primeiras colocações quanto à massa salarial, com 4,7%, 5,3%, 2,0% e 2,2%, respectivamente.

Apesar de os números apontarem concentração, eles também refletem um processo de desconcentração espacial quando comparados a 2006, pois houve uma redução de 4,2 pontos percentuais na participação da RA Plano Piloto no total de empregos do Distrito Federal. Além disso, entre as RAs que mais aumentaram sua participação, se destacam: Águas Claras (+1,2p.p.), SCIA (+1,0 p.p.), Taguatinga (+1,0 p.p.) e Santa Maria (+0,8% p.p.).

O crescimento horizontal do Distrito Federal a partir de um movimento de expansão demográfica tende a gerar mais empregos e postos de trabalho, principalmente relacionados ao fornecimento de serviços de caráter mercantil ou de consumo final, como comércio, serviços de alimentação (bares, restaurantes, padarias), construção civil e serviços de oficinas, reparação de veículos etc. Esse comportamento é observado nas RAs que se destacam quanto ao crescimento de sua participação no emprego, à exceção de Taguatinga.

A RA Taguatinga teve variação positiva da massa salarial em percentual superior à expansão do número de funcionários, alcançando 5,3% da participação na massa salarial do DF e configurando-se como a segunda maior folha de pagamentos do Distrito Federal. Esse resultado parece estar relacionado ao desenvolvimento econômico da região, que aponta para o incremento de empregos em atividades econômicas de maior complexidade ou que se inserem ao longo de uma cadeia de produção (e não apenas no final dela), o que exige trabalhadores de maior qualificação e, portanto, com remuneração maior.

¹⁷ O estudo do mercado de trabalho formal foi realizado com dados de 2014, pois os dados de 2015 desagregados em nível de CNPJ (necessário para o georreferenciamento) não haviam sido disponibilizados até o momento da realização deste relatório.

¹⁸ O DF possui 31 RAs que, apesar de consolidadas legalmente, carecem de uma definição formal da poligonal, o que cria dificuldades para a criação de uma base de endereços e de documentação via registro administrativo. Exemplo disso é que a RAIS segue utilizando a última delimitação geográfica existente, com 19 RAs em vez das 31 RAs atuais.

Tabela 3 - Participação na distribuição territorial dos vínculos e massa salarial - Distrito Federal - 2006 e 2014

Regiões Administrativas	Participação % Vínculos		Participação % Massa Salarial
	2006	2014	2014
Brasília	56,4%	52,2%	74,7%
SIA	10,0%	8,3%	4,7%
Taguatinga	6,3%	7,3%	5,3%
Guara	4,9%	4,5%	2,0%
Aguas Claras	2,7%	3,8%	2,2%
Ceilândia	2,8%	3,1%	1,4%
SCIA	1,1%	2,1%	0,7%
Lago Sul	2,1%	2,0%	1,1%
Gama	1,5%	1,8%	1,0%
Samambaia	1,2%	1,7%	0,8%
Sudoeste/Octogonal	1,1%	1,5%	0,9%
Santa Maria	0,6%	1,4%	0,7%
Vicente Pires	1,0%	1,2%	0,5%
Park Way	0,8%	1,2%	0,4%
Núcleo Bandeirante	1,0%	1,1%	0,4%
Sobradinho	1,2%	1,0%	0,6%
Planaltina	0,9%	0,8%	0,3%
Recanto das Emas	0,4%	0,7%	0,3%
Cruzeiro	0,7%	0,7%	0,4%
Lago Norte	0,3%	0,7%	0,3%
Brazlândia	0,4%	0,5%	0,3%
Paranoá	0,3%	0,5%	0,3%
Sobradinho II	0,2%	0,4%	0,2%
São Sebastião	0,3%	0,4%	0,2%
Riacho Fundo	0,2%	0,3%	0,1%
Riacho Fundo II	0,0%	0,2%	0,1%
Jardim Botânico	0,1%	0,2%	0,1%
Candangolândia	0,1%	0,2%	0,1%
Fercal	0,1%	0,1%	0,1%
Itapoã	0,0%	0,0%	0,0%
Varjão	0,0%	0,0%	0,0%
Fora das RAs	1,6%	0,0%	0,0%

Fonte: RAIS - Ministério do Trabalho
Elaboração: DIEPS/Codeplan

2.2.2. A especialização das Regiões Administrativas em seções de atividade econômica

Um outro aspecto é a aparente especialização existente em algumas das RAs, por vezes vinculado às políticas públicas ou à concepção da organização espacial do Distrito Federal. Em uma primeira análise, avalia-se a existência de atividades econômicas nas RAs, de maneira a encontrar aquelas que possuem um leque reduzido de atividades ou aquelas que possuem maior diversificação.

A Tabela 4 mostra a participação de cada região administrativa em cada seção de atividade econômica (conforme Classificação Nacional de Atividade Econômica - CNAE¹⁹), em relação ao Distrito Federal como um todo. Ou seja, é possível identificar quais são as RAs que se destacam em cada seção de atividade no Distrito Federal. Nesse sentido, é possível observar que as RAs Plano Piloto, SIA, Taguatinga, Guará, Ceilândia e Lago Sul possuem elevada participação em muitas atividades econômicas, denotando alta variedade econômica em comparação a outras regiões. Por sua vez, Fercal, Itapoã, Jardim Botânico, Riacho Fundo II, SCIA e Varjão se destacam por possuírem pequena variedade de atividades, com quase nenhuma participação relevante.

¹⁹ As seções CNAEs são: **Seção A** - Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; **Seção B** - Indústrias extrativas; **Seção C** - Indústrias de transformação; **Seção D** - Eletricidade e gás; **Seção E** - Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; **Seção F** - Construção; **Seção G** - Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas; **Seção H** - Transporte, armazenagem e correio; **Seção I** - Alojamento e alimentação; **Seção J** - Informação e comunicação; **Seção K** - Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; **Seção L** - Atividades imobiliárias; **Seção M** - Atividades profissionais, científicas e técnicas; **Seção N** - Atividades administrativas e serviços complementares; **Seção O** - Administração pública, defesa e seguridade social; **Seção P** - Educação; **Seção Q** - Saúde humana e serviços sociais; **Seção R** - Artes, cultura, esporte e recreação; **Seção S** - Outras atividades de serviços; **Seção T** - Serviços domésticos; **Seção U** - Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

Tabela 4 - Participação relativa de vínculos trabalhistas de cada Região Administrativa em cada Seção CNAE e no total de vínculos trabalhistas do Distrito Federal - 2014

Regiões Administrativas	Seção CNAE 2.0 - Participação Relativa (%)																					Total
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	
Águas Claras	0,3	0,0	5,4	0,0	30,5	6,3	4,1	4,5	4,1	0,9	0,5	3,8	2,2	9,6	0,0	8,7	1,8	4,4	1,7	3,0	2,3	3,8
Plano Piloto	36,9	23,0	15,8	55,5	32,5	35,6	22,8	28,9	41,5	77,7	85,5	50,8	61,9	24,9	87,0	45,7	62,0	54,4	62,6	29,7	56,9	52,2
Brazlândia	8,4	0,0	2,8	0,0	0,0	0,3	1,1	0,3	0,9	0,0	0,2	0,4	0,4	0,1	0,3	0,6	0,1	1,0	0,3	6,9	0,0	0,5
Candangolândia	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,3	0,3	0,2	0,2	0,0	0,1	0,2	0,0	0,3	0,0	0,2	0,0	0,3	0,1	1,0	0,0	0,1
Ceilândia	1,1	0,5	7,0	0,0	1,5	3,8	8,0	2,6	4,5	0,3	0,8	1,2	2,0	0,9	1,0	4,1	3,1	3,8	6,2	2,0	0,0	3,1
Cruzeiro	2,2	0,0	0,3	0,0	0,0	0,5	1,0	0,4	0,8	0,1	0,3	0,8	0,3	0,9	0,6	1,0	0,6	0,9	0,8	0,0	4,7	0,7
Fercal	0,2	0,9	2,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Fora das RAs	0,1	0,5	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Gama	3,9	6,1	4,5	0,0	0,1	0,9	4,1	1,2	2,6	0,5	0,5	0,8	1,8	0,5	0,9	3,7	2,2	1,5	3,2	4,0	0,0	1,8
Guará	10,8	2,8	3,6	37,2	0,1	8,1	6,2	19,7	5,9	4,8	0,7	5,1	3,3	6,5	0,1	4,0	1,9	3,1	2,7	3,0	0,5	4,5
Itapoã	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Jardim Botânico	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,5	0,0	0,5	0,1	0,0	0,2	0,1	0,4	0,0	0,2	0,0	0,8	0,4	0,0	0,0	0,2
Lago Norte	0,5	0,0	0,4	0,0	0,0	0,5	1,8	0,2	2,2	1,2	0,3	5,0	0,8	0,2	0,0	0,7	0,3	4,1	0,5	3,0	0,0	0,7
Lago Sul	0,7	1,4	0,6	0,0	0,0	3,1	2,1	9,4	5,4	0,5	0,8	3,5	3,6	0,8	0,3	1,9	3,8	1,3	2,4	8,9	34,0	2,0
Núcleo Bandeirante	0,3	0,0	0,9	0,0	0,3	0,8	1,0	0,5	1,3	0,3	0,2	0,4	0,9	4,0	0,0	0,6	2,3	0,2	0,7	0,0	1,0	1,1
Paranoá	5,9	0,9	0,4	0,0	0,0	0,2	1,0	0,5	0,5	0,1	0,2	0,5	0,2	0,3	0,5	0,4	0,4	0,4	0,1	2,0	0,0	0,5
Park Way	0,6	0,0	1,4	0,0	1,3	0,5	0,6	0,9	1,0	0,7	0,1	1,4	0,5	5,5	0,0	1,1	0,6	1,6	0,6	1,0	0,0	1,2
Planaltina	10,4	0,0	1,6	0,0	0,2	0,4	2,5	0,9	1,4	0,1	0,3	0,3	0,5	0,1	0,0	1,1	0,5	1,4	1,2	7,9	0,0	0,8
Recanto das Emas	2,5	0,0	1,3	1,1	0,1	1,1	1,9	1,6	0,9	0,0	0,2	0,5	0,2	0,1	0,2	1,1	0,2	0,4	0,7	0,0	0,0	0,7
Riacho Fundo	0,2	24,9	0,4	0,0	0,0	0,8	0,7	0,2	0,5	0,1	0,1	0,5	0,1	0,1	0,1	0,6	0,2	0,9	0,1	0,0	0,0	0,3
Riacho Fundo II	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,2	0,1	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	1,1	0,0	0,2	0,0	0,1	0,2	5,0	0,0	0,2
Samambaia	2,0	3,3	10,2	4,9	1,2	1,9	4,0	1,5	1,2	0,1	0,3	1,9	2,2	0,5	0,6	2,1	1,6	1,2	1,6	0,0	0,0	1,7
Santa Maria	1,1	8,0	8,7	0,0	0,3	1,3	3,2	2,4	0,8	0,0	0,2	2,2	0,4	0,4	0,8	1,1	0,3	0,6	0,8	1,0	0,4	1,4
São Sebastião	0,3	1,4	1,1	0,0	0,0	0,1	1,0	0,1	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,6	0,1	0,9	0,3	0,0	0,0	0,4
SCIA	0,1	0,0	0,9	0,0	1,1	4,6	1,7	2,5	0,2	1,0	0,1	0,2	0,7	9,6	0,0	0,1	0,2	0,0	0,2	0,0	0,0	2,1
SIA	5,1	25,8	7,7	1,3	29,7	16,5	9,5	5,3	6,9	7,1	3,7	3,4	7,2	26,0	0,6	3,4	3,4	0,1	3,2	0,0	0,0	8,3
Sobradinho	1,9	0,5	2,2	0,0	0,1	0,9	2,1	0,9	1,0	0,7	0,3	0,2	0,7	0,5	0,7	2,0	0,6	1,7	0,8	1,0	0,0	1,0
Sobradinho II	0,7	0,0	2,1	0,0	0,4	0,3	0,8	0,4	0,7	0,0	0,0	0,1	0,2	0,4	0,1	0,9	0,1	1,0	0,5	0,0	0,2	0,4
Sudoeste/Octogonal	0,1	0,0	0,4	0,0	0,0	2,5	1,6	0,5	3,0	0,3	1,7	3,1	1,3	1,1	1,1	1,9	3,1	5,8	1,2	0,0	0,0	1,5
Taguatinga	2,1	0,0	13,7	0,1	0,2	6,2	13,5	8,6	10,4	3,0	2,8	10,5	7,0	3,8	4,7	11,0	10,3	6,9	6,0	17,8	0,0	7,3
Varjão	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Vicente Pires	1,1	0,0	3,3	0,0	0,3	2,2	2,5	5,4	0,9	0,1	0,1	2,8	1,5	1,5	0,0	0,6	0,0	1,2	0,9	3,0	0,0	1,2
Total Geral	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: RAIS - Ministério do Trabalho

Elaboração: DIEPS/Codeplan

§ A seções CNAEs são: **Seção A** - Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; **Seção B** - Indústrias extrativas; **Seção C** - Indústrias de transformação; **Seção D** - Eletricidade e gás; **Seção E** - Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; **Seção F** - Construção; **Seção G** - Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas; **Seção H** - Transporte, armazenagem e correio; **Seção I** - Alojamento e alimentação; **Seção J** - Informação e comunicação; **Seção K** - Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; **Seção L** - Atividades imobiliárias; **Seção M** - Atividades profissionais, científicas e técnicas; **Seção N** - Atividades administrativas e serviços complementares; **Seção O** - Administração pública, defesa e seguridade social; **Seção P** - Educação; **Seção Q** - Saúde humana e serviços sociais; **Seção R** - Artes, cultura, esporte e recreação; **Seção S** - Outras atividades de serviços; **Seção T** - Serviços domésticos; **Seção U** - Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

Em uma segunda análise, é possível avaliar a concentração de cada segmento por Região Administrativa a partir da construção de um indicador que permite comparar a relevância de um setor na RA em relação à relevância desse setor no Distrito Federal.

Para contemplar esta análise, foi utilizado o indicador denominado Quociente Locacional (QL), calculado como segue:

$$QL_{RA}^{setor} = \frac{E_{RA}^{setor} / E_{RA}}{E_{DF}^{setor} / E_{DF}}$$

Sendo:

E_{RA}^{setor} = quantidade de vínculos em um setor para uma RA;

E_{RA} = quantidade total de vínculos em uma RA;

E_{DF}^{setor} = quantidade de vínculos em um setor para todo o DF;

E_{DF} = quantidade total de vínculos no DF.

O QL aponta quanto um setor é relativamente mais importante em região em relação ao todo. A Tabela 5 mostra os resultados, em que se encontra, em 2014, além da esperada especialização do Plano Piloto na atividade de Administração Pública e Seguridade Social, outras RAs exibem interessante especialização em atividades econômicas: no Riacho Fundo II destaca-se a Indústria Extrativa; Fercal e Brazlândia na Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; e, por fim, Transporte, armazenagem e correio são importantes em Vicente Pires, Lago Sul e Guará.

Dessa maneira, é possível observar alguns movimentos sutis de alteração da estrutura segmentada do mercado de trabalho no Distrito Federal. Conforme outras regiões administrativas vão crescendo, empreendimentos privados têm-se tornado mais frequentes nelas. A maior parte dos empregos privados ainda está em setores mercantis em que se empregam trabalhadores com menor nível de escolaridade, como o setor de comércio e reparação de veículos, atividades administrativas não especializadas e a construção civil. No entanto, alguns setores, como saúde, educação, atividades técnico-científicas e financeiras mostraram importante crescimento na quantidade de contratações, principalmente de pessoas com nível superior de escolaridade.

Tabela 5 - Quociente Locacional (QL) de cada Região Administrativa em cada Seção CNAE em relação ao total de vínculos trabalhistas do Distrito Federal - 2014

Regiões Administrativas	Seção CNAE 2.0 - Quociente Locacional (QL)																				Total	
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T		U
Águas Claras	0,1	0	1,4	0	8	1,6	1,1	1,2	1,1	0,2	0,1	1	0,6	2,5	0	2,3	0,5	1,1	0,5	0,8	0,6	1,00
Plano Piloto	0,7	0,4	0,3	1,1	0,6	0,7	0,4	0,6	0,8	1,5	1,6	1	1,2	0,5	1,7	0,9	1,2	1	1,2	0,6	1,1	1,00
Brazlândia	15,4	0	5,2	0	0	0,6	1,9	0,6	1,7	0,1	0,4	0,8	0,7	0,2	0,5	1,1	0,2	1,9	0,5	13	0	1,00
Candangolândia	0,3	0	1	0	0,2	2,4	1,8	1,3	1,6	0	0,6	1,3	0,3	1,7	0,2	1,1	0,1	2,1	0,6	6,8	0	1,00
Ceilândia	0,4	0,2	2,2	0	0,5	1,2	2,6	0,8	1,4	0,1	0,3	0,4	0,7	0,3	0,3	1,3	1	1,2	2	0,6	0	1,00
Cruzeiro	3,2	0	0,5	0	0	0,7	1,4	0,6	1,2	0,1	0,4	1,2	0,4	1,3	0,8	1,5	1	1,3	1,2	0	7	1,00
Fercal	2,3	12,4	32,9	0	0	0,3	0,3	0,4	0,3	0	0	0,3	0,1	0	0	0	0	0	0	0	0	1,00
Fora das RAs	8,5	31,4	25	0	1,6	0,2	1,1	0	1	0	0	0	0,8	0,1	0	0	0	0	0	0	0	1,00
Gama	2,1	3,3	2,4	0	0	0,5	2,2	0,7	1,4	0,3	0,3	0,4	1	0,3	0,5	2	1,2	0,8	1,7	2,2	0	1,00
Guará	2,4	0,6	0,8	8,3	0	1,8	1,4	4,4	1,3	1,1	0,2	1,1	0,7	1,4	0	0,9	0,4	0,7	0,6	0,7	0,1	1,00
Itapoã	0	0	2,2	0	0	1,3	2,5	0,6	0,7	0,2	0	0	0,3	0,8	0	5,1	0,3	1,8	0,4	0	0	1,00
Jardim Botânico	0,3	0	0,4	0	0,3	0,7	2,3	0,2	2,4	0,6	0,2	1,1	0,6	1,8	0	1,2	0,2	3,8	2,1	0	0	1,00
Lago Norte	0,8	0	0,6	0	0,1	0,8	2,7	0,3	3,4	1,8	0,5	7,7	1,2	0,2	0,1	1,1	0,5	6,2	0,7	4,5	0	1,00
Lago Sul	0,4	0,7	0,3	0	0	1,6	1,1	4,8	2,7	0,3	0,4	1,8	1,8	0,4	0,1	1	2	0,7	1,2	4,5	17	1,00
Núcleo Bandeirante	0,3	0	0,8	0	0,2	0,7	0,9	0,5	1,2	0,2	0,2	0,4	0,8	3,7	0	0,5	2,1	0,2	0,7	0	0,9	1,00
Paranoá	11,5	1,8	0,8	0	0	0,4	2	1	0,9	0,2	0,4	1	0,4	0,5	1	0,9	0,7	0,8	0,2	3,9	0	1,00
Park Way	0,5	0	1,2	0	1,1	0,4	0,5	0,8	0,8	0,6	0,1	1,2	0,4	4,7	0	0,9	0,5	1,3	0,5	0,8	0	1,00
Planaltina	12,5	0	1,9	0	0,3	0,4	3,1	1,1	1,7	0,1	0,4	0,4	0,6	0,1	0	1,3	0,7	1,6	1,4	9,5	0	1,00
Recanto das Emas	3,4	0	1,7	1,6	0,1	1,5	2,6	2,2	1,2	0	0,3	0,7	0,2	0,2	0,3	1,6	0,2	0,6	0,9	0	0	1,00
Riacho Fundo	0,5	84,7	1,3	0	0	2,6	2,3	0,6	1,6	0,3	0,4	1,6	0,4	0,2	0,3	2,1	0,6	3,1	0,4	0	0	1,00
Riacho Fundo II	0,2	0	0,5	0	0	0,3	1	0,4	1,3	0,2	0	0	0,2	4,7	0	0,8	0,1	0,2	0,8	21	0	1,00
Samambaia	1,1	1,9	5,9	2,8	0,7	1,1	2,3	0,9	0,7	0	0,2	1,1	1,3	0,3	0,3	1,2	0,9	0,7	0,9	0	0	1,00
Santa Maria	0,8	5,8	6,3	0	0,2	0,9	2,4	1,8	0,6	0	0,1	1,6	0,3	0,3	0,6	0,8	0,2	0,5	0,6	0,7	0,3	1,00
São Sebastião	0,8	3,9	3	0	0	0,4	2,8	0,3	0,9	0,5	0,2	0,2	0,2	0,2	0,7	1,8	0,4	2,6	0,8	0	0	1,00
SCIA	0	0	0,4	0	0,5	2,2	0,8	1,2	0,1	0,5	0	0,1	0,3	4,6	0	0	0,1	0	0,1	0	0	1,00
SIA	0,6	3,1	0,9	0,2	3,6	2	1,1	0,6	0,8	0,9	0,4	0,4	0,9	3,1	0,1	0,4	0,4	0	0,4	0	0	1,00
Sobradinho	1,8	0,5	2,1	0	0,1	0,9	2,1	0,9	0,9	0,6	0,3	0,2	0,6	0,5	0,7	2	0,6	1,6	0,8	1	0	1,00
Sobradinho II	1,7	0	5,3	0	0,9	0,7	2	1	1,7	0	0	0,2	0,5	0,9	0,2	2,3	0,2	2,4	1,3	0	0,5	1,00
Sudoeste/Octogonal	0,1	0	0,3	0	0	1,7	1,1	0,3	2	0,2	1,1	2,1	0,9	0,8	0,7	1,3	2,1	3,9	0,8	0	0	1,00
Taguatinga	0,3	0	1,9	0	0	0,8	1,9	1,2	1,4	0,4	0,4	1,4	1	0,5	0,7	1,5	1,4	1	0,8	2,5	0	1,00
Varjão	11,6	0	0,6	0	0	1,4	4,1	0,3	1,1	0	0	0	0	0,1	0,1	0,4	0,1	0,6	0,5	0	0	1,00
Vicente Pires	0,9	0	2,6	0	0,2	1,8	2	4,4	0,7	0,1	0,1	2,2	1,2	1,2	0	0,5	0	1	0,7	2,4	0	1,00
Total Geral	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: RAIS - Ministério do Trabalho

Elaboração: DIEPS/Codeplan

§ A seções CNAEs são: **Seção A** - Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; **Seção B** - Indústrias extrativas; **Seção C** - Indústrias de transformação; **Seção D** - Eletricidade e gás; **Seção E** - Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; **Seção F** - Construção; **Seção G** - Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas; **Seção H** - Transporte, armazenagem e correio; **Seção I** - Alojamento e alimentação; **Seção J** - Informação e comunicação; **Seção K** - Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; **Seção L** - Atividades imobiliárias; **Seção M** - Atividades profissionais, científicas e técnicas; **Seção N** - Atividades administrativas e serviços complementares; **Seção O** - Administração pública, defesa e seguridade social; **Seção P** - Educação; **Seção Q** - Saúde humana e serviços sociais; **Seção R** - Artes, cultura, esporte e recreação; **Seção S** - Outras atividades de serviços; **Seção T** - Serviços domésticos; **Seção U** - Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

2.3. Efeitos encadeados dos investimentos no Distrito Federal

Tanto o estudo sobre o fluxo de comércio do Distrito Federal como o estudo de distribuição do estoque de empregos caracterizam o DF como uma economia essencialmente baseada no terceiro setor. A baixa participação da indústria na economia e a elevada abertura comercial, com “importação” de produtos, principalmente, manufaturados indicam a necessidade de se repensar a política econômica da região. Dada sua reduzida dimensão territorial e seu elevado poder de compra, as vantagens comparativas acabam

por ocorrer em atividades não tradicionais. Por isso, é importante identificar e fortalecer as atividades econômicas que mostram maior caráter dinâmico e com potencial de disseminar efeitos positivos na região.

Nesse sentido, em Nocko *et al.* (2017b), encontra-se um mapeamento das atividades econômicas do Distrito Federal que se destacam pela dinamização produtiva gerada sobre os demais setores. Utilizou-se a metodologia da matriz insumo-produto com detalhamento setorial, com base em dados da Nota Fiscal Eletrônica da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal. A partir desse detalhamento, refinou-se a matriz insumo-produto nacional, retirando vazamentos de compras de insumo realizadas fora do Distrito Federal. Assim, considerando que as compras realizadas em outros estados da Federação reduzem o impacto dos efeitos encadeados, foi possível identificar os efeitos encadeados da produção no DF de forma mais acurada.

O mecanismo da matriz insumo-produto permite o estudo da interdependência setorial de uma região ou país que, aqui, compreende a economia do Distrito Federal.²⁰ A partir da desagregação em 20 setores, foram encontrados os coeficientes técnicos, que indicam a relação entre os setores. Esses auxiliam na interpretação dos impactos das variações de demanda final de um setor da economia sobre os demais setores.

Para a interpretação dos resultados gerados, foi adotado o índice de Hirschman-Rasmussen. Ele permite mensurar o poder e a sensibilidade à dispersão de cada um dos setores de atividade econômica do Distrito Federal. Assim, foi possível identificar quais setores que, ao serem expostos a determinado investimento, possuem potencial de gerar maior impacto sobre as variáveis emprego, arrecadação e valor agregado.

Os indicadores de poder de dispersão, também chamados indicadores de efeito de encadeamento "para trás", avaliam o quanto o setor demanda de outros setores da economia. Isto é, algumas atividades econômicas possuem maior capacidade de impulsionar o crescimento em outros setores, a partir de seu próprio crescimento. Os chamados efeitos de encadeamentos "para trás" ocorrem com o aumento da demanda por insumos de outros setores, que passam a elevar sua produção para atender esse setor.

Por sua vez, os indicadores de sensibilidade à dispersão,²¹ também conhecidos como indicadores de efeito de encadeamento "para frente", sinalizam o quanto o setor é demandado pelas indústrias dos demais setores da economia. Os chamados efeitos de encadeamento para frente ocorrem quando o setor deve aumentar sua produção para atender a demanda por insumos de outros setores que estão em crescimento.

A Tabela 6 mostra os setores de maior desempenho quanto ao poder de dispersão (efeito para trás). Valores maiores que "1" para os índices acima relacionam-se a setores acima da média, e, portanto, considerados setores-chave para o crescimento da economia, devido ao seu impacto sobre os demais setores. De forma análoga, a Tabela 7 indica a

²⁰ No que diz respeito à tecnologia de produção regional, uma vez que a matriz de coeficientes técnicos partiu da matriz nacional e foi regionalizada conforme a proporção de compras realizadas no Distrito Federal, então se assume que o seu comportamento se dá de forma análoga à produção nacional. Embora a variável P^* tenha sido ponderada pelas informações presentes nas notas fiscais eletrônicas, utilizando as operações internas do Distrito Federal, o fato de a matriz "A" consistir na matriz de produção nacional implica esse comportamento análogo.

²¹ Em síntese, o indicador Hirschman-Rasmussen compara a média dos indicadores da inversa de Leontief ao longo da coluna "J", com a média geral da matriz de todos os setores da economia. Um valor acima de "1" indica que o setor avaliado possui poder de dispersão superior à média de todos os setores da economia, enquanto um valor abaixo de "1" indica que o setor analisado possui menor poder de dispersão em relação à média de todos os setores da economia. A interpretação para os efeitos "para frente" é feita de maneira equivalente: caso o valor obtido seja superior a "1", então o setor tem os efeitos "para frente", caso contrário, não.

sensibilidade à dispersão (efeito para frente), isto é, quais são os setores mais demandados diante de uma expansão da economia do Distrito Federal.

Tabela 6 - Indicador Hirschmann-Rasmussen - Impacto na produção para trás (Poder de Dispersão)

Setores	Para Trás
Construção	1,202
Outras atividades de serviços	1,190
Atividades científicas, profissionais e técnicas	1,151
Alojamento e alimentação	1,141
Saúde humana e serviços sociais	1,123

Fonte: Nocko *et al.* (2017 b), p.21

Tabela 7 - Indicador Hirschmann-Rasmussen - Impacto na produção para frente (Sensibilidade à dispersão)

Setores	Para Frente
Indústrias de transformação	1,907
Atividades científicas, profissionais e técnicas	1,227
Informação e comunicação	1,199
Atividades administrativas e serviços complementares	1,175
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	1,144

Fonte: Nocko *et al.* (2017 b), p.21

Observando os resultados obtidos pelos autores, note-se que os setores que apresentaram sensibilidade à dispersão bastante superior aos demais, em geral não foram os mesmos que apresentaram desempenho de destaque quanto ao poder de dispersão, e vice-versa. Nesse sentido, o único setor que se destacou tanto nos impactos para trás quanto nos para frente foi o de Atividades científicas, profissionais e técnicas, apresentando o segundo maior valor de sensibilidade à dispersão e o terceiro maior valor de poder de dispersão.

Quanto aos setores que obtiveram melhores desempenhos para poder de dispersão, estão, em primeiro lugar, Construção, seguida por Outras Atividades e Serviços, Atividades Científicas Profissionais e Técnicas, Alojamento e Alimentação e Saúde Humana e Serviços Sociais. Por exemplo, o índice da Construção é o maior, o que pode ser interpretado como investimentos feitos neste setor tendem a gerar uma maior variação positiva do nível de atividade de outros setores quando comparado ao efeito de investimentos nos demais setores.

No que diz respeito aos impactos para frente, os setores de destaque foram, em primeiro lugar, Indústria de transformação, seguida por Atividades científicas profissionais e técnicas, Informação e comunicação, Atividades administrativas e serviços complementares e Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados. De forma análoga, o índice da Indústria de transformação é o maior. Isso pode ser interpretado como, quando há expansão econômica, este setor é mais demandado do que os demais, de maneira que denota a dependência da economia do DF desse setor para suprir insumos e oferecer bens para permitir a produção de bens e serviços.

Dessa maneira, a Tabela 6 apresenta os setores de atividade econômica que têm, de um lado, potencial para gerar crescimento. São cinco setores destacados, notando-se que, à exceção da construção, os demais são atividades do setor de serviços, o que sinaliza

a importância de se fortalecer o perfil já estabelecido de economia de serviços no Distrito Federal. De outro, a Tabela 7 mostra quais são os setores que são essenciais para permitir o crescimento, isto é, devem ser monitorados para que não se tornem estrangulamentos da estrutura produtiva do Distrito Federal. Nesse ponto, destaque-se que a indústria de transformação, apesar de possuir participação diminuta no PIB do DF, apresenta papel importante de atividade meio, isto é, possibilita a produção dos demais setores ao fornecer insumos.

Note-se que a Administração Pública, apesar de demonstrar concentração no estoque de emprego e de massa salarial e de participar com quase metade do PIB do DF (43,1%), não se destaca como setor dinamizador na região. Contudo, o setor público está impregnado na economia do Distrito Federal. Não apenas o Estado atua como o principal pagador de salários, o que possibilita grande parte do consumo das famílias na região, mas, também, é o principal consumidor de bens e serviços. Nesse sentido, ainda que os nove setores de atividade econômica destacados nas duas tabelas apareçam como aqueles que ensejam maior dinamismo na economia do DF, o setor público não pode ser relegado a segundo plano nas ações de políticas públicas que tenham por objetivo impulsionar o desenvolvimento econômico do Distrito Federal.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo mostrar alguns dos aspectos econômicos que tornam o Distrito Federal uma economia bastante peculiar em comparação a outras unidades federativas. Em um primeiro momento, foi ressaltada a importância do setor público na economia regional, que auxilia na estabilização de movimentos de retração econômica, como ocorrido nos últimos anos no país.

Um reflexo da concentração da economia em poucos segmentos é o elevado fluxo de transação comercial com outros estados. Nocko *et al.* (2017a) mostram a relevância que têm as unidades da Federação do sudeste do país dentro do contexto comercial da região, além do Estado de Goiás, que tem por vantagem sua proximidade com a Capital Federal. E, ainda, sob a perspectiva de fluxo de comércio, Rennó, Bertholini e Rosa (2016a,b) mostram que, se as compras públicas do governo distrital não impulsionam o desenvolvimento das firmas regionais em relação à criação de empregos, elas também não prejudicam, revelando a maior longevidade das empresas que atuam como fornecedoras do Governo do Distrito Federal.

Um outro aspecto econômico importante é a concentração de empregos em poucas atividades econômicas, que, aliada à concentração da massa salarial, reflete a estrutura produtiva revelada pelo PIB do Distrito Federal. Não apenas isso, a localização das atividades nas regiões administrativas reflete, também, essa concentração. Dessa forma, destaca-se a RA Plano Piloto como sendo aquela que mais emprega, concentrando fortemente os empregos do setor público, mas também é a que possui maior diversidade econômica em relação às demais RAs no que toca à participação de outras atividades econômicas na geração de empregos.

Por fim, o estudo de Nocko *et al.* (2017b) mostra que o maior dinamismo, entendido como encadeamento produtivo, não está necessariamente nas atividades de maior concentração de emprego ou PIB. Pelo contrário, os segmentos que possuem maior poder de encadeamento são caracterizados por possuírem menor participação no número de empregos, no PIB do DF e no total da massa salarial da região. Destacam-se aqui a Construção civil, Outras atividades de serviços, Indústria de transformação e Atividades científicas, profissionais e técnicas. Nesse sentido, o que os dados comprovam é que há sim uma grande concentração econômica em determinados segmentos de atividades, porém estes não necessariamente são aqueles com maior capacidade de dinamizar a economia como um todo, isto é, que possuam capacidade de criar efeitos indiretos e dispersos a serem sentidos, seja por meio de criação de empregos, seja por meio de geração de PIB, em outros segmentos da economia do Distrito Federal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan. **Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal (Idecon-DF)** - 3º Trimestre de 2017.

Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal (PDAD/DF)** - 2015.

Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan. **Produto Interno Bruto do Distrito Federal (PIB-DF)** - 2015.

Ministério do Trabalho - MT. Relação Anual de Informações Sociais. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**.

NOCKO, Larissa Maria, ARAÚJO, Luiz Rubens Câmara, SANTOS, Evandro Manzano, GOMES, Gunther Siqueira Lemos. **Levantamento do Perfil Comercial do Distrito Federal Baseado nas Notas Fiscais Eletrônicas** - Texto para Discussão - nº 27 - Codeplan, junho de 2017a.

NOCKO, Larissa Maria, QUEIROZ, Iuri Vladimir, CRUZ, Bruno de Oliveira, VILELA, Renan Donato. **Efeitos Encadeados de Investimentos no Distrito Federal** - Texto para Discussão - nº 28 - Codeplan - junho de 2017b.

ORAIR, Rodrigo, GOBETTI, Sérgio, SIQUEIRA, Fernando. Política Fiscal e Ciclo Econômico: uma análise baseada em multiplicadores do gasto público. 2º Lugar no XXI Prêmio da STN, mimeo, 2016.

RENNÓ, Lucio, BERTHOLINI, Frederico, ROSA, Thiago M. **Cartografia das compras públicas de bens e serviços privados no DF: uma visão a partir de ordens bancárias** - Nota Técnica - Codeplan, outubro de 2016a.

RENNÓ, Lucio, BERTHOLINI, Frederico, ROSA, Thiago M. **Impactos das Compras Públicas do GDF no Setor Privado do DF** - Nota Técnica - Codeplan, outubro de 2016b.

Comitê Editorial

LUCIO RENNÓ
Presidente

MARTINHO BEZERRA DE PAIVA
Diretor Administrativo e Financeiro

BRUNO DE OLIVEIRA CRUZ
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas

ANA MARIA NOGALES VASCONCELOS
Diretora de Estudos e Políticas Sociais

ALDO PAVIANI
Diretor de Estudos Urbanos e Ambientais

Abimael Tavares da Silva
Gerente de Apoio Administrativo

Alexandre Barbosa Brandão da Costa
Gerente de Estudos Ambientais

Cláudia Marina Pires
Gerente de Administração de Pessoal

Clarissa Jahns Schlabit
Gerente de Contas e Estudos Setoriais

Alexandre Silva dos Santos
Gerente de Demografia, Estatística e
Geoinformação

Francisco Francismar Pereira
Gerente Administrativo e Financeiro

Frederico Bertholini Santos Rodrigues
Gerente de Estudos Regional e Metropolitano

Jusçanio Umbelino de Souza
Gerente de Pesquisas Socioeconômicas

Marcelo Borges de Andrade
Gerente de Tecnologia da Informação

Rebeca Carmo Batista de Souza
Gerente de Estudos e Análises de Promoção
Social

Sérgio Ulisses Silva Jatobá
Gerente de Estudos Urbanos

Revisão e copidesque

Eliane Menezes

Editoração Eletrônica

Maurício Suda

**Companhia de Planejamento
do Distrito Federal - Codeplan**

Setor de Administração Municipal
SAM, Bloco H, Setores Complementares
Ed. Sede Codeplan
CEP: 70620-080 - Brasília-DF
Fone: (0xx61) 3342-2222
www.codeplan.df.gov.br
codeplan@codeplan.df.gov.br



**Secretaria de
Planejamento,
Orçamento e Gestão**

